



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Extraordinária de 14 de outubro de 2019

Ao décimo quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e duas horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Helena Isabel da Silva Maia, em substituição da Senhora Deputada Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição do Senhor Deputado Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Rui Pedro de Araújo Sá; Daniela Pereira Alves Ribeiro, em substituição da Senhora Deputada Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição da Senhora Deputada Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição do Senhor Deputado



Pedro Braga de Carvalho; Maria Francisca de Castro Ribeiro Pereira da Silva, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Sofia Borges Proença Mexia Alves, em substituição da Senhora Deputada Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Freguesias Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição da Senhora Presidente Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Às vinte e duas horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes 45 Deputados Municipais.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a Sessão.



ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 19 de novembro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

- Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 03 de dezembro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 44 votos a favor (20 RM + 11 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção do Senhor Deputado José Gagliardini Graça (RM).

- Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 44 votos a favor (21 RM + 10 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção da Senhora Deputada Cláudia Costa Santos (PS).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida a 07.10.2019)

- 1. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ou União de Freguesias para representação das Juntas e Uniões de Freguesias do Município do Porto no XXIV Congresso da ANMP (efetivo e substituto). (NUD/326626/2019/CMP)**

Após auscultação dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, foi apresentada uma única proposta de voto nos candidatos a representante efetivo e substituto: António Castanheira Fernandes Gouveia, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, como representante efetivo, e, Carla Sofia da



Silva Soares Maia, Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, como representante substituto.

Deliberação: Em votação por escrutínio secreto, aprovada a eleição de **António Castanheira Fernandes Gouveia, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde**, para **representante efetivo** e **Carla Sofia da Silva Soares Maia, Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos**, para **representante substituto**, por maioria, com 32 votos a favor, 3 votos contra, 8 votos em branco e 2 votos nulos.

2. Deliberação sobre a Delimitação da ARU de Azevedo de Campanhã.
(NUD/332961/2019/CMP)

3. Deliberação sobre a Aprovação do Projeto da ORU da Corujeira.
(NUD/332746/2019/CMP)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, com o acordo dos Membros da Assembleia Municipal, informou que os Pontos n.º 2 (NUD/332961/2019/CMP) e n.º 3 (NUD/332746/2019/CMP) seriam discutidos de forma conjunta e votação em separado.

A Senhora Deputada Cláudia Costa Santos (PS) no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Como foi aqui salientado, os Pontos 2 e 3 serão debatidos em conjunto até porque estão completamente associados, no sentido em que tratam de parte de um território desta cidade e respetiva requalificação e revitalização. Campanhã, genericamente, tem sido ao longo de vários mandatos a freguesia da cidade do Porto mais isolada, seja devido à falta de investimento público, seja por via da existência de barreiras físicas infraestruturais como é o caso da linha ferroviária, a estrada da circunvalação e IC29, sejam em algumas zonas que pela sua morfologia territorial. Esta atitude contínua no tempo originou que esta freguesia fosse o exemplo físico de



graves problemas habitacionais, assim como demográficos sociais e económicos, como assim indicam os estudos apresentados a caracterização de diagnóstico que acompanham as propostas de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Azevedo e do projeto da Operação de Reabilitação urbana da Corujeira. No mandato anterior, Campanhã tornou-se finalmente uma parte da cidade merecedora da atenção do Município que por iniciativa do Vereador do Urbanismo, o Arquiteto Manuel Correia Fernandes, foram delimitadas duas Áreas de Reabilitação Urbana em Campanhã: a da Estação, já com a operação aprovada e em execução, e a da Corujeira que, em princípio, verá hoje a aprovação da respetiva Operação. Assim delineou-se a estratégia de desenvolvimento da zona oriental da cidade ficando a intenção de delimitação da área de reabilitação urbana de Azevedo proposta essa pelo PS, no atual mandato, e aprovado pelo atual Executivo. Azevedo de Campanhã lidera a exclusão de que falava pelo seu isolamento da cidade, pelas suas construções precárias e com soluções de desenhos deficientes, pela sua insalubridade num território com carências de investimento público em infraestruturas e mobilidade, cultura, educação e saúde. Apesar disso, são espaços onde as pessoas vivem, mesmo sem condições para aí viver, pela sua relação à localização e à respetiva ideia de vida. Assim, por um lado há a questão da degradação da pobreza e a necessidade urgente de ajudar as pessoas que ainda aí moram, por outro lado há um interesse cultural, histórico, arquitetónico, urbanístico e o seu património físico e vivo, as pessoas, que esta zona da cidade tem e transporta. Por isso, saudamos a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana sistemática de Azevedo como mais um instrumento promotor do desenvolvimento e qualificação de Campanhã e onde o investimento público estratégico, por via da sua futura operação, deve acautelar a ligação à restante cidade, nas dinâmicas da mobilidade, do ambiente, da economia, nos modos de vida ultrapassando as outras existentes, resolvendo as relações e contradições entre esta parte do território e a sociedade cumprindo assim com os ideais. A cidade é de todos, a cidade é para todos. Concluindo, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta delimitação de uma nova área de reabilitação urbana, a de Azevedo, e a proposta de projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Corujeira. Só uma



última nota, a partir daquilo que foi verificação de que não houve qualquer participação na fase de discussão pública, apesar de saber o quão difícil é trazer muitas vezes os cidadãos à participação pública destes assuntos. Mas gostaria de fazer uma sugestão ao Município para que, futuramente, pudesse alargar a comunicação dos projetos das Operações de Reabilitação Urbana quando entrarem em fase de discussão pública. Por exemplo, pedindo a divulgação a outras entidades ou/e através do envio de mensagens para todas as pessoas registadas no Balcão Virtual desde Município.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu:

“Senhora Deputada, permita-me dizer apenas o seguinte: em primeiro lugar, folgo em saber que toda a gente está de acordo com o que estamos a fazer em Campanhã. E o que estamos a fazer em Campanhã não foi feito apenas por este Executivo, ou pelo anterior Executivo, mas por um conjunto alargado de pessoas e julgo que temos conseguido sempre aqui um enorme consenso nesta matéria. Durante muitos anos, falou-se de Campanhã, falou-se e falou-se e falou-se e pouco se fez. A última coisa que eu pretenderei algum dia reclamar é que aquilo que está a acontecer hoje em Campanhã e já está a acontecer – o Parque Oriental está feito, o Terminal Intermodal de Campanhã está em construção e há um conjunto de obras, nomeadamente nos bairros sociais nas suas envolventes e um conjunto de outros projetos, que estão a andar - fomos nós a fazer, ou foi este ou foi aquele, por uma razão: porque o importante é que isto seja um processo contínuo. E qualquer que seja o resultado das eleições daqui a dois anos que isto continue e nunca mais volte atrás. Ao dizer que foi iniciativa do Vereador Correia Fernandes ou proposta do PS parece-me que está a tentar reduzir aquilo que é o âmbito de uma intervenção que, durante a campanha eleitoral, todos os partidos tiveram a honra e o bom princípio de não reclamar para si. Eu não reclamarei para mim. Admira-me muito que tente reclamar para alguém porque eu há seis anos cá não estava e tenho a certeza que aquilo que temos procurado fazer, repito, todos nós, pertence a todos. Pois fez o Senhor Vereador Correia Fernandes, é verdade. E fez o Senhor Vereador Pedro Baganha, é verdade. E fez o Senhor Vereador Rui Loza, é verdade. E fez o Senhor Ernesto, Presidente da Junta, e fez a cidade. Portanto, eu peço



desculpa se vos digo, olhe eu não fiz nada. Fiz apenas aquilo que era a vontade da cidade e sempre que nós quisermos reclamar louros para um ou para outro para meter aqui no bolso, eu não gosto de andar de lencinho. Peço desculpa, fomos nós, fomos todos nós e pela justiça, por aquilo que era devido, a cidade tinha uma obrigação de se reequilibrar. Era uma cidade inclinada para o mar, era uma cidade inclinada por várias coisas. Eu li, Senhora Deputada, um parecer do Tribunal de Contas que perguntava porque é que havemos de fazer o Museu da Indústria em Campanhã? Porque é que não se há-de fazer na zona ocidental que tem maior atractibilidade? Todos nós, todos os que estão aqui e que estiveram no Executivo anterior, estiveram na Assembleia Municipal anterior votaram sempre isto por unanimidade. Peço desculpa, não foi nenhum Vereador, não foi nenhum Presidente da Câmara, não foi nenhum Senhor Deputado, não foi nenhuma Senhora Deputada, foram as pessoas do Porto que reclamaram este equilíbrio. E é bom que, por uma questão de princípio, não puxemos desses louros, desses galões. Até porque, sabe porquê? Porque está por fazer. Porque está por fazer, porque está a ser feito, é bom que continuemos a fazer, e quanto mais nós sentimos a alargar no sentido de um consenso de que todos estamos a fazer, melhor. Se nós nos tentarmos apropriar disto, voltaremos ao passado, aos verbalismos que durante 50 anos condenou Campanhã e condenou Azevedo à exclusão. Eu lembro-me da CDU propor – está ali a Senhora Vereadora Ilda Figueiredo – em determinada altura, há 30 e tal anos atrás, que se fizesse uma freguesia em Azevedo. Sabem porquê? Porque Azevedo estava perdido. Aquilo que nos pensamos e aqui é verdade, foi com o PS, e foi com os Senhores todos, é que Azevedo não podia ficar à margem, tinha que ser incluído. Tudo aquilo que nós fizemos, no sentido de não puxarmos louros será melhor. Repito, nós fizemos uma campanha eleitoral, nós disputamos uma campanha eleitoral em que o assunto não foi tema. E o facto de não ser tema porque ninguém puxou para si os louros foi uma virtude, como não se puxou na Cultura, não se puxou nas outras coisas. Por favor, nós daqui a dois anos temos aqui eleições, se alguém quiser fazer ao contrário que faça até lá e, se pudermos depois continuarmos a fazer todos juntos, é ótimo, é fantástico e vamos conseguir finalmente dizer às pessoas de Campanhã que as sucessivas promessas em que até hoje ainda



não acreditam acabaram por ser cumpridas. Nós, felizmente, nós digo todos os Senhoras Deputadas, todos os Senhores Deputados, todo o Executivo, este Executivo e o anterior, aí não houve diferença, nenhuma força política que defendesse coisas diferentes. Portanto, concordando consigo, pedia-lhe que não tente partidarizar uma coisa que a meu ver que não pode ser partidarizado que tem que ver com o coração da cidade. Tem a ver com aquilo que é verdadeiramente a coisa mais injusta que houve na cidade, nos últimos anos, que foi termos deixado Campanhã na total exclusão.”

A Senhora Deputada Cláudia Costa Santos (PS) replicou: “Senhor Presidente, a minha participação aqui e a tentativa de chamar atenção, mais uma vez, para Campanhã, não tem nada a ver com questões partidarizadas. Não desfazendo as diversas ações de investimento público que já foram executadas em Campanhã, ou que estão em vias de execução, hoje e aqui estes dois pontos propostos à Assembleia Municipal falam de Áreas de Reabilitação Urbana e de operações dessas áreas de reabilitação urbana, o que inclui dizer-lhe que estamos a falar de um instrumento territorial em que um é a evolução do outro. Na sequência em que estes instrumentos territoriais são processos também administrativos, é óbvio que eu também posso dizer que as propostas foram indicadas ou executadas, a sua delimitação, pelo Partido Socialista, porque essa foi realmente a tomada de decisão no anterior mandato e no atual mandato. Não quererá dizer que não tenha existido anteriormente ou há 20, 30 ou 40 anos, algumas propostas estratégicas a definir que esta seria uma zona de território que merecia uma prevenção estratégica no seio da revitalização e da recuperação destas áreas de espaços e da localização de vivência destas pessoas. Eu não quis criar nenhuma sequência partidarizada.”

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) disse: “Sobre a ARU – Área de Reabilitação Urbana e sobre a ORU – Operação de Reabilitação Urbana não há muito a dizer até porque o que tenho a dizer sobre estas, tem-se dito sobre as outras que nós já aprovamos aqui, sete ou oito. Mas aquilo que o Senhor Presidente aqui contou faz-me contar uma história que não é história nenhuma,



é verdade. O Ernesto Santos deve-se lembrar disso, e que vai de encontro do que o Senhor disse. Eu, nas eleições de 2009, fui candidato a Presidente da Junta de Campanhã, e estive lá 4 anos na Assembleia de Freguesia. E, nessa altura, visitamos a zona de Azevedo com 9 jornalistas, pegamos em duas carrinhas, e levámos 9 jornalistas a ver o Porto esquecido. Muitos deles, nem sabiam que aquilo ainda pertencia ao Porto. E consegui mandar fazer um vídeo, um filme, aliás, está aqui o André Noronha e lembrar-se-á disso porque não foi há muitos anos. Há dez anos. Fiz um vídeo em que tirei 7 cópias e entreguei uma a cada líder de bancada, uma para o Senhor Presidente da Assembleia, José Pedro Aguiar Branco, e entreguei uma ao Presidente da Câmara que, na altura, nessa reunião era o Álvaro Castello Branco porque o Dr. Rui Rio não estava cá nessa reunião. E, no dia seguinte, pedi um *PowerPoint* e mostrei isso tudo e fiz um vídeo com várias famílias a viver pessimamente. O Ernesto lembra-se. E, no dia seguinte, na terça-feira, estava eu num cliente em Barcelos e ligou-me o Dr. Rui Rio a dizer que tinha visto o vídeo que não sabia que havia gente do Porto a viver assim. Eu disse: 'Pois há. É que você não sai dos gabinetes é por isso que não sabe' e ele disse-me assim 'Olhe, você quer ir com a Vereadora mostrar esses casos lá em Campanhã e em Azevedo?'. E então combinamos um dia. Fui eu com a Dr.^a Matilde Alves, o Mário Jorge Rebelo e o motorista. Eu mostrei-lhe quatro situações. A três arranjam casa, é a vantagem da gente andar no terreno e ver e levantar os problemas até arranjam casa, e houve uma que não quis, o Ernesto lembra-se porque tinham uma sucata no Freixo, no quintal, e ela não queria sair de lá porque queria manter a sucata e não queria sair, não queria casa. Portanto, realmente a intervenção em Campanhã era assim, caso a caso, e era preciso anunciar, fazer barulho, protestar, mostrar. E, portanto, finalmente, enfim, há coisas que estão a fazer em Campanhã, tenho muita pena que o projeto do Matadouro esteja encravado. Ainda há dias disse ao Senhor Presidente. Nós temos, de facto, nessa reunião pedida por nós, reunião extraordinária, para discutir a zona de Campanhã, a freguesia de Campanhã, nós defendemos aqui que houvesse uma diferenciação de Campanhã relativamente às outras. Que fosse, de facto, mais beneficiada do que as outras porque há 20 ou 30 anos que era prejudicada. e, pronto, isso não foi aprovado,



mas fizeram-se algumas coisas muito pontuais em função daquilo que nós chamamos à atenção. Relativamente à ORU e à ARU eu só quero dizer o seguinte: eu já disse aqui várias vezes isto tem sobretudo o objetivo de incentivar os proprietários dos edifícios decadentes a reabilitar com benefícios fiscais. Nós temos aprovado sempre isto, e isto foi-nos mostrado na Comissão do PDM – Plano Diretor Municipal com bastante desenvolvimento e nós estamos completamente de acordo com isto. Mas eu continuo a achar que devia de haver uma forma da Câmara ou da Assembleia Municipal decidir que os benefícios fiscais não são atribuídos a quem reabilita os edifícios para alojamento local porque a maior parte daquilo que nós temos reabilitado depois não é arrendado a ninguém, é só alojamento local que são utilizados 3 ou 4 dias por semana. E eles a alugar apenas seis meses ganham mais do que se tivessem aquilo arrendado o ano todo. E eu acho que havia de haver uma forma de nós não darmos esses benefícios a esse tipo de reabilitação que tem como objetivo de retirar de lá as pessoas para depois por aquilo ao serviço do alojamento local. Em relação às ARUs, eu acho que isto devia ser em toda a cidade. Não faz sentido nenhum, por exemplo, que não haja em Paranhos ou não haja em Ramalde. A segunda cidade do país que é Lisboa porque a primeira é esta decidiu que lá era uma ARU única para toda a cidade. E eu acho que aqui também podia ser, mas não é, mas que se vá alargando as ARUs àquelas zonas como, por exemplo, a zona de Paranhos, a zona de Lamas que precisava de ser reabilitada. E também era preciso que essa gente tivesse iniciativas para proceder à reabilitação como aqui está localizado na ARUs aqui já aprovadas. Mas é obvio que relativamente a isto e sobretudo pelas explicações que nos tem sido dadas no Pelouro do Urbanismo e bem. Acho que nós estamos de acordo. Isto foi aprovado na Câmara, por unanimidade”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu:

“Senhor Deputado, algumas notas. Em primeiro lugar sobre a questão que coloca de alargar a ARU a toda a cidade. No nosso ponto de vista, aquilo que foi permitido a Câmaras em termos de benefícios fiscais em sede de IMI que nós já hoje estamos a aplicar, já cria uma discriminação positiva, como sabe,



para determinado tipo de atividades. Ou seja, para quem habita em habitação própria e isso já foi feito. Também estou de acordo que alguns dos outros benefícios fiscais genéricos que existem na cidade, hoje, não fazem sentido. Fizeram sentido numa fase e hoje já não fazem, nomeadamente no centro histórico. Para sermos claros, parece-nos a nós e temos falado sobre o assunto que já não faz sentido haver um benefício fiscal alargado a todas as atividades no centro histórico porque chegou a uma determinada maturidade. Devo-lhe dizer que eu não concordo com o modelo seguido em Lisboa de... Cada cidade é cada cidade e, portanto, eu não consigo avaliar, não conheço Lisboa suficientemente para perceber se faz sentido alargar uma ARU a toda a cidade. No nosso caso, parece-nos que estando de acordo consigo que nós temos que lançar outras ARUs e há outras ARUs que precisamos de lançar: há Ramalde, o Senhor Presidente da Junta tem falado no assunto, ainda no outro dia foi lançado em reunião de Câmara e haverá outras em Paranhos em que podemos isolar uma determinada ARU. Parece-nos que alargar a ARU a toda a cidade é acabar com a discriminação positiva. E eu acho que um território tão desigual como o Porto precisa de discriminações positivas. Ou seja, na medida em que nós temos benefícios fiscais o facto de termos zonas que são ARUs e zonas que não são ARUs permitem-nos criar maiores indutores a zonas que precisam de crescer, não as criando a zonas que não têm que crescer. Estou à-vontade, eu vivo no fundo da Avenida da Boavista, junto ao mar. Eu não me parece que a zona onde eu vivo precise de uma ARU, sinceramente. Agora tenho a certeza que Campanhã precisa e que Azevedo precisa mais. Portanto, parece-me que quando nós olhamos para o território se queremos dar benefícios fiscais, então, podemos dar benefícios fiscais gerais. Quando falamos em Áreas de Reabilitação Urbana devemos ser muito cuidadosos e devemos ter a ideia de que nós devemos condensar o esforço municipal numa determinada zona e não noutra, mas esta é a minha visão. Amanhã, poderá haver outra. Queria também dizer-lhe o seguinte sobre o Matadouro municipal e gostava de dizer o seguinte: relativamente ao Matadouro nós estamos a aguardar, como sabe, aquilo que é o recurso que a Câmara interpôs relativamente ao Tribunal de Contas. Nós esperamos, tranquilamente ou com alguma intranquilidade, com alguma impaciência mas tranquilamente que o



Tribunal de Contas nos diga o que pensa do recurso que nós apresentamos até porque, como sabe, nós estamos vinculados a um contrato. Vinculados a um contrato com uma entidade adjudicante que prestou garantias. E, portanto, nós não podemos pura e simplesmente rasgar aquilo que foi uma adjudicação condicionada. Posso-lhe garantir uma coisa: aquilo que nós acreditamos é que o Tribunal de Contas, espero, porque já teve tempo que chegue – nós só tivemos 10 dias e o Tribunal de Contas leva 6 meses – eu acredito que o Tribunal de Contas um dia espero que não seja na semana dos 9 dias, no dia de são nunca à tarde, mas há-de ser um dia que o Tribunal de Contas há-de dizer se nós temos razão e aí adjudicaremos à entidade que ganhou o concurso público e aí tudo fica sanado. Se nos disser que não, o que nós temos é que chegar junto dessa entidade, devolver as garantias e procurar não ter que pagar indemnizações, espero que não tenhamos. E, nós temos um plano B, nesse mesmo dia, posso garantir à Assembleia Municipal que o apresentarei. Porque o Matadouro é um instrumento absolutamente insubstituível no desenvolvimento da ORU da Corujeira. Nós precisamos absolutamente de fazer isto e é absolutamente inacreditável, repito, inacreditável – eu percebo que o Tribunal de Contas possa ter todas as razões, não consigo compreender como é que damos 10 dias depois de 8 ou 9 meses a fazer perguntas dão-nos 10 dias para nós recorrermos e é difícil porque como as Senhoras Deputados e os Senhores Deputados percebem, nós precisamos de pedir pareceres externos, tivemos 10 dias e 6 meses e ainda não foram capazes de dizer se nós temos razão ou não temos. E enquanto assim não for compreenderão que nós não podemos fazer nada, nós estamos de pés e mãos atados. Porque imagine que nós agora lançamos o plano B; ficamos sujeitos a ter que pagar uma indemnização à entidade que ganhou o concurso. Posso-lhe garantir, neste momento, exatamente como fazer o plano B. Compreenderá que só o farei no momento em que perceber que o plano A não é exequível porque se o plano A for exequível, está feito.”

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) fez a seguinte intervenção: “Nestes pontos 2 e 3 estamos a tratar de instrumentos para a requalificação e revitalização de um território que, durante décadas, não teve por parte de



diversos Executivos municipais a devida atenção. Hoje discutimos a delimitação da ARU de Azevedo de Campanhã e o projeto da ORU da Corujeira. A ARU de Azevedo, uma área com mais de 180 hectares, para além de uma proporção superior a 20% de população residente de mais de 65 anos, possui contudo uma percentagem de população jovem de cerca de 15% maior do que a média na cidade do Porto. Tendo também em conta que as carências graves de habitação pelo facto de mais de 65% do edificado serem prédios de um ou dois pisos e circunstância de grande parte do território não ser servido pelas linhas da STCP – é serviço pela linha 400 e a ZC – são indicadores que justificam plenamente que neste território enquadrado pelos rios Tinto e Torto seja delimitado pela ARU de acordo com a planta em apreciação. Ao aprovarmos a criação desta nova ARU não queremos deixar de salientar que a delimitação de ARUs deve fundamentalmente visar a requalificação do edificado, das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços de utilização coletiva proporcionando às populações residentes níveis mais elevados de inclusão e bem-estar social. E dizemos isto porque nas mais de mil ARUs existentes no país há algumas a começar pelo Aleixo aprovada em 24 de setembro de 2008 que obedeceram antes à especulação imobiliária e ao quadro generoso dos benefícios fiscais no IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, taxas municipais, etc. Quanto à ORU da Corujeira em que se prevê a concretização de 42 ações prioritárias, chamamos à atenção para a importância de quebrar a segregação espacial e social da população, a promoção de intermodalidade nos transportes, o reforço da rede de espaços verdes, a revitalização do comércio local e dos serviços de proximidade, a melhoria das condições de habitabilidade respeitando o direito ao local e aumentando a oferta de habitação pública aproveitando do melhor modo o novo enquadramento legal 1.º Direito prevenindo e combatendo todas as ações especulativas que possam resultar da aplicação desta operação. Dado constar dos objetivos desta ORU, entre outras, a valorização dos espaços públicos o desenvolvimento social e o acesso a uma educação de qualidade, a promoção da participação das populações, o reforço da rede de equipamentos coletivos, a promoção de soluções tecnológicas de baixo carbono energicamente



eficientes no espaço público damos também o nosso apoio ao projeto da ORU da Corujeira. Só em jeito de alguma situação relativamente a situar um pouco, não é fazer a história... Mas, efetivamente, Campanhã foi durante décadas uma das freguesias mais mal tratada pela cidade. Foi uma freguesia onde proliferou bastante uma indústria pujante e que nos anos setenta provocou muito desemprego naquela freguesia arrastando, conseqüentemente, os filhos dos empregados para caminhos que não havia outra forma de responder... Era uma freguesia que, hoje, tem condições para dar o salto. E eu acho que são estes instrumentos estratégicos que a cidade tem e que devem ser implementados. O trabalho que é apresentado da ORU é um trabalho excelente e a análise que é feita para a ARU de Azevedo também nos deixa elementos extremamente importantes de observação. Por tal, nós votaremos favoravelmente esta proposta.”

O Senhor Deputado André Navarro de Noronha (RM) disse: “Bicicletas à parte, cada um fica com as que quer. Campanhã é no Porto e para os portuenses uma prioridade. E é uma prioridade que tem sido para todos uma prioridade. E a prioridade vê-se, nomeadamente, no facto de com esta ARU de Azevedo de Campanhã toda a freguesia de Campanhã estar coberta por ARUs. E isto, Deputado Artur Ribeiro, é diferenciar positivamente. Permita-me que discorde abertamente como o Senhor Presidente há bocado disse quando invocava o exemplo de Lisboa como um exemplo a seguir. Sinceramente, não é. Não é por isto. Porque se nós queremos chamar investimento para Campanhã não podemos dar as mesmas condições que damos em Nevogilde, não vale a pena. E, portanto, mas ao estabelecer uma ARU só, em que as condições são todas iguais, em que depois só pode haver uma ORU para a ARU inteira é não diferenciar positivamente aquilo que realmente precisa de ajuda. E, aqui, neste caso, a diferenciação faz-se e faz-se porque a freguesia toda tem essa diferenciação de estar abrangida por uma ARU. São 3 ARUs que abrangem toda a freguesia. E nós não caímos, nem de perto nem de longe, em Lisboa que já vai em 100%. Nós temos, penso eu, que 10 ARUs, com esta 10, e temos uma área abrangida de cerca de 36% da cidade. E, portanto, há ainda diferenciação porque esta diferenciação vai a 1/3 do



território, pouco mais de 1/3 do território e não ao território inteiro. Nós achamos que é assim que deve ser. Relativamente à Corujeira, a aprovação desta ORU é ainda significativamente mais importante porque, se a da ARU de Campanhã é simbolicamente importante no sentido de sinalizar a prioridade que a freguesia é para a cidade, aqui, vamos ao detalhe. Vamos à malha fina. Vamos concretizar o que é esse apoio que o Porto pede para a freguesia de Campanhã. Porque esta ORU permite-nos agora, sim, lançar mão de outros instrumentos que não apenas os benefícios fiscais que cada ARU já tem, como seja, nomeadamente, instrumentos de Direito público, como seja, a facilitação para execução em expropriações de vendas forçadas, tudo isso é facilitado. E é facilitado à luz e tendo presente os projetos estruturantes que são 10. E aqui vale a pena recordar o que são e onde são. Temos, como disse o Senhor Presidente da Câmara, à cabeça, o Matadouro. Mas temos, igualmente importantes, a integração dos bairros na malha da cidade. A guetização desses bairros que foi feita não interessa quando mas como, historicamente era uma ideia que se tinha de cidade mostrou estar errada sabemos disso há muito tempo e este é um passo muito importante que é a ORU da Corujeira nos traz: a integração, a humanização dos bairros na malha da cidade. Temos a reabilitação da praça, temos a rua de São Roque como eixo estruturante da cidade do Porto. Temos o Monte da Bela que também aqui é integrado. Temos o programa/ações culturais e sociais. Temos o corredor verde. Temos o rio Tinto. Temos muita coisa, são 10 projetos estruturantes nesta ORU que vão ser o símbolo da cidade. São, lembremo-nos disto, 158 milhões de euros em 10 anos em que 60 milhões serão investimento público, mas que há 83 milhões de investimento privado e mais 14 em parcerias público-privadas. É uma aposta decisiva da cidade em Campanhã e eu estou plenamente convencido que todos a vamos ganhar.”

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) interveio dizendo: “Estando, obviamente, em sintonia e indo votar favoravelmente estas duas propostas, não poderia deixar a oportunidade de vir aqui reiterar algumas preocupações que podemos ter. Penso que todos as temos e todos queremos caminhar naquilo que é o bom porto em relação em Campanhã. Portanto, aquilo que



queremos que fique registado que há que garantir que os investimentos considerados estratégicos se concretizem, há que garantir que se concretizem estas ideias, estas intenções, a ideia de cidade sustentável tantas vezes invocada nestes documentos, que se concretizem as acessibilidades, a coesão social. E lembrar que, na memória descritiva destes documentos, há, aliás, um compromisso de evitar a gentrificação e da exclusão social e com o pugnar pelos valores ambientais. Da nossa parte, resta-nos garantir que contribuiremos para isso mesmo e pugnaremos para que se alcance esses mesmos fins.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, colocou à votação, separadamente, os dois pontos da Ordem de Trabalhos.

2. Deliberação sobre a Delimitação da ARU de Azevedo de Campanhã. NUD/332961/2019/CMP

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

3. Deliberação sobre a Aprovação do Projeto da ORU da Corujeira. NUD/332746/2019/CMP

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) apresentou uma Declaração de Voto do Grupo Municipal Bloco de Esquerda relativamente aos Pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos dizendo: “A declaração de voto do Bloco de Esquerda prende-se com uma questão que é da natureza do documento que nós votamos aqui. Nós votamos um plano estratégico que define um conjunto de ações que depois serão, uma a uma, concretizadas quer do ponto de vista de investimento público, quer do investimento privado. Aquilo que eu gostaria de clarificar é que o voto favorável do Bloco de Esquerda é um voto que está relacionado com o plano estratégico que é aqui apresentado, não significa um apoio a todas as ações que são elencadas. E, portanto, nós não nos

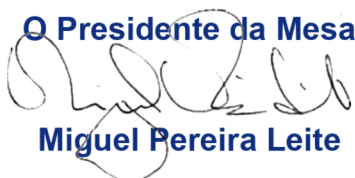


demitiremos de apreciar cada uma dos projetos individualmente. Aliás, por exemplo, e é público o Bloco de Esquerda é contra o projeto que foi apresentado para o Matadouro e tem sérias dúvidas sobre alguns outros projetos que são elencados. E, portanto, o voto do Bloco de Esquerda tem esta ressalva e que nós gostaríamos que ficasse clara.”

4. Deliberação sobre a Renovação dos Contratos de Cedência Temporária identificados no anexo I – 4º. Trimestre.
(NUD/326021/2019/CMP)

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, submeteu à votação a Minuta da Ata, que foi **aprovada, por unanimidade,** encerrou os trabalhos da Sessão pelas 23h45.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria